

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.982 - DF (2019/0300654-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
LUÍS CLÁUDIO VAREJÃO DE FREITAS - DF009689
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
PACIENTE : ANDERSON PALHANO BATISTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ANDERSON PALHANO BATISTA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - Agravo em Execução Penal n. 0000271-76.2019.807.0000.

Consta dos autos que o Juízo de 1º grau indeferiu o pedido de indulto do paciente, requerido com base no Decreto Presidencial n. 7.879/2012, pela prática de falta grave durante o período do livramento condicional (e-STJ fls. 32-33).

A Corte de origem considerou que o paciente não fazia jus ao indulto e negou provimento ao agravo em execução da defesa (e-STJ fls. 13-19).

Na presente impetração, alega que o paciente faz jus ao indulto e que o descumprimento das condições do livramento condicional não pode ser considerada falta grave.

Requer a concessão da ordem constitucional para que seja concedido o indulto ao paciente.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela manutenção do decisum impugnado (e-STJ fls. 70-74).

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio, tendo em vista que a impetração se destina a atacar acórdão proferido em sede de agravo em execução penal, contra o qual seria cabível a interposição do recurso especial.

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado, a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça.

A controvérsia cinge-se à possibilidade de considerar o descumprimento das condições do livramento condicional como falta grave, apta a obstaculizar a concessão do indulto.

É cediço que o descumprimento das condições do livramento condicional não encontra previsão no artigo 50 da Lei de Execuções Penais, o qual elenca de forma taxativa, as faltas graves. Desse modo, eventual descumprimento de condições impostas não pode ser invocado a título de falta grave capaz de impedir a concessão do benefício de indulto.

Neste sentido, encontra-se sedimentado o entendimento do STJ, com

Superior Tribunal de Justiça

precedentes tanto da Quinta, quanto da Sexta Turma:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DECISÃO ANTERIOR DESFAVORÁVEL. NÃO IMPUGNAÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO. PRECLUSÃO LÓGICA E TEMPORAL. EXECUÇÃO PENAL INDULTO. DECRETOS 6.706/2008, 7.046/2009 e 7.420/2010. REQUISITO SUBJETIVO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES. CONDUTA NÃO PREVISTA COMO FALTA GRAVE NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

2. Os Decretos 6.706/2008, 7.046/2009 e 7.420/2010 exigem, como único requisito subjetivo, o não cometimento de falta disciplinar de natureza grave, exaustivamente definida na Lei de Execução Penal (arts. 50 e 52 da LEP), em cujo rol não se encontra tipificado o descumprimento das condições do livramento condicional.

3. "A prática de fato definido como crime durante o livramento condicional tem consequências próprias previstas no Código Penal e na Lei de Execuções Penais, as quais não se confundem com os consectários legais da falta grave praticada por aquele que está inserto no sistema progressivo de cumprimento de pena" (REsp 1.101.461/RS, Rel Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 19/2/2013).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 337.530/RJ, Rei. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 08/02/2018, Dje 16/02/2018)

Não há previsão legal, portanto, para o reconhecimento de falta grave por descumprimento das condições do livramento condicional.

Caberia ao magistrado, nesse caso, advertir o sentenciado, agravar as condições, ou, ainda, revogar o livramento, que, aliás, de fato, ocorreu.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*, mas **concede-se a ordem de ofício** para determinar que o pedido de indulto seja novamente analisado pelo Juízo de 1º grau, afastado o óbice apontado.

Comunique-se, com urgência, ao juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator